

Bracher e Milliet apresentam a credores proposta do Brasil

por Paulo Sotero
de Washington

Em busca de uma solução de longo prazo para o problema da dívida, o governo brasileiro abriu negociações com o comitê de bancos credores do País, na última sexta-feira, em Washington, apresentando-lhes uma proposta de moldura ampla, em que reafirma sua intenção de limitar o pagamento de juros e oferece-lhes a opção de usar mecanismos novos e convencionais, ou uma combinação de ambos, para refinarçar US\$ 10,4 bilhões de juros devidos em 1987, 1988 e 1989 (US\$ 4,3 bilhões em 1987, US\$ 3 bilhões em 1988 e US\$ 3,1 bilhões em 1989).

O Brasil pleiteou, também, o reescalonamento dos vencimentos do principal no período de 1986 a 1989, a taxas de juro mais baixas, compatíveis com a capacidade de pagamento do País e aplicáveis a todo o estoque da dívida.

Reivindicou, também, a inclusão, num novo acordo, de dois mecanismos: um limite máximo da taxa de juro, com financiamento dos encargos acima desses limites e salvaguardas a serem acionadas em caso de deterioração substancial nos termos de intercâmbio comercial.

Para facilitar o diálogo com os credores, que se prevê de longa duração, os termos do reescalonamento e a forma final dos mecanismos foram deixados em aberto.

"A reação dos credores foi razoável", disse o presidente do Banco Central (BC), Fernando Milliet, ao final do encontro de oito horas, realizado na sede da National Association for Foreign Trade. Os bancos e o governo brasileiro concordaram em criar uma série de grupos de trabalho para esclarecer dúvidas e discutir os diferentes aspectos da proposta. Eles voltarão a se reunir na próxima sexta-feira, em Nova York.

Segundo o assessor especial para a negociação da dívida, Fernão Bracher, o grupo de trabalho mais importante será o econômico, que discutirá os números e a questão do "burden sharing", ou seja, da partilha das necessidades de financiamento do Brasil entre os

bancos, as instituições multilaterais e os credores oficiais.

Milliet informou que outros grupos de trabalho tratarão dos aspectos da proposta brasileira que envolvem a transformação de parte da dívida em títulos e outros instrumentos e a conversão de dívida em investimentos.

Os dois representantes brasileiros descartaram de forma taxativa a possibilidade de a proposta brasileira levar a um acordo provisório com os bancos. "É mais difícil começar do que estar em moratória", afirmou Bracher.

O assessor especial do governo, que deixou a presidência do BC pouco antes de o Brasil suspender os pagamentos aos bancos, em fevereiro passado, acrescentou, contudo, que apresentação da proposta "é o início da normalização" das relações do Brasil com os credores. "É isso é importante", afirmou ele.

De acordo com o texto de doze páginas distribuído aos jornalistas, em português e em inglês, ao final da reunião, a proposta visa "assegurar razoável crescimento econômico e estabilidade de preços para a economia brasileira, reintegrar o Brasil na comunidade financeira internacional e encontrar soluções de longo prazo para o problema da dívida, que permita ao Brasil pagar seus compromissos nos vencimentos, num esquema que seja consistente com sua capacidade e que, simultaneamente, apresente um tratamento razoável para os bancos, que lhes permita manter constante o valor de seus ativos em seus livros e receber juros em bases permanentes".

Outro objetivo expresso da proposta brasileira é "reduzir as incertezas para os investidores privados internos, as quais decorrem dos frequentes e repetidos exercícios de reescalonamento da dívida".

Como caminho para se chegar lá, o governo brasileiro ofereceu aos bancos credores um variado menu de opções, que procura combinar soluções convencionais, como a do reescalonamento do principal de 1986 a 1989 "ou qualquer período mais longo", com uma "abordagem de longo prazo", que está baseada

na premissa de que "decorridos cinco anos desde o início da crise não é mais possível, dentro de um futuro previsível, contar-se com mercados financeiros para rolar, em base voluntária, o principal e os juros devidos pelos países endividados", diz o documento.

Diante disso, o Brasil manifesta-se disposto a ampliar novas fronteiras da estratégia da dívida oferecendo "bônus de conversão da dívida, ou instrumentos equivalentes aos credores que não mais desejem participar do processo de reestruturação convencional ou que desejem reduzir sua participação nesse processo".

Esta oferta, enfatizaram os negociadores brasileiros, "estará disponível para todos os bancos, em base voluntária". "O Brasil", informaram eles, "oferecerá a seus credores um bônus ou instrumento equivalente que não estará sujeito a reestruturação ou a pedido de 'dinheiro novo' para financiamento de juros, precisamente porque seus prazos refletirão a real capacidade de pagamento do País".

Mas esclareceram que o prazo dos novos instrumentos será longo. A taxa de juro dos bônus "será estabelecida estritamente de acordo com a capacidade de pagamento do País", mas poderá aumentar, dependendo de progressos no desempenho econômico do País.

Encerrando a novela que o próprio governo abriu quando anunciou, no início deste mês, de forma atabalhoada, que converteria uma parte da dívida em novos instrumentos, apropriando-se de uma parte do desconto com o qual os papéis brasileiros são transacionados hoje no mercado secundário, o texto da proposta estabelece que "os bônus ou outros instrumentos serão emitidos com valor nominal igual ao valor da dívida pela qual estarão sendo trocados". Estes instrumentos serão "o veículo principal para as conversões de dívida em investimentos".

Eles poderão ser usados tanto para a conversão de juros como de principal. Assim, ao tratar da abordagem convencional, a proposta indica que o refinanciamento de juros relativos

a 1988 e 1989 será "solicitado apenas dos bancos que não tenham escolhido a abordagem de longo prazo ou para aquela parcela de seu saldo credor que esteja sujeita ao enfoque convencional". A proposta brasileira abre aos credores, ainda, a possibilidade de capitalizar, total ou parcialmente, os juros que o País deseja refinanciar.

O montante de US\$ 3 bilhões de refinanciamento de juros pedido para 1988 representa 50% da estimativa de juros devidos no ano ou 60% sobre a dívida de médio prazo. Os US\$ 3,1 bilhões da conta de juros de 1989, que o País também pretende refinanciar, significa aproximadamente 52% da estimativa de juros devida no ano ou 50% sobre a dívida de médio prazo. Os US\$ 4,3 bilhões de juros a serem renegociados este ano representam 75% da conta total do ano ou 100% dos juros devidos desde a decretação da moratória até 31 de dezembro.

O Brasil propôs, também, a manutenção das linhas de crédito de curto prazo (interbancária e comercial) por um novo período mais longo e a taxas de juros a serem negociadas.

De acordo com a proposta brasileira, "não é possível nem desejável apresentar somente a alternativa de longo prazo, porque as idéias novas devem ser apresentadas gradualmente; porque as taxas reais de juros atuais que influenciam a taxa que teria que ser paga sobre quaisquer títulos estão demasiado altas, tanto em termos absolutos como em termos históricos; e porque uma diversidade de enfoques proporcionará um elemento de flexibilidade na administração da dívida externa do Brasil".

A falta de definição de vários elementos da proposta, mas sobretudo de seus itens não convencionais, foi calculada não apenas para facilitar o restabelecimento do diálogo com os banqueiros, mas para proteger a própria idéia dos solavancos da conjuntura política brasileira, a fim de que elas possam tomar forma final e frutificar quando o cenário político do País — e do ministério — estiver mais definido do que está hoje.